



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº

, A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 785, DE 2017.
(Deputado Alceu Moreira)

Acrescente-se o seguinte art. 6º à Medida Provisória nº 785, de 2017, renumerando-se o atual art. 6º e os dispositivos subsequentes:

“Art. 6º O art. 13 da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, passa a vigor acrescido do seguinte § 13.:

‘Art. 13.

§ 13. O valor das bolsas de estudo utilizadas para fins de pagamento do parcelamento será atualizado pelo mesmo índice de correção da dívida de que trata o parágrafo único do art. 10.’ (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A disparidade entre os índices financeiros utilizados para a correção da dívida (taxa SELIC) assumida pelas IES junto ao Proies e a atualização de seus créditos (INPC), constituídos pelas bolsas de estudos, de valor embasado no preço das mensalidades escolares, tem ocasionado distorções e um desequilíbrio econômico, que, ao cabo, pode tornar inviável a equação proposta.

A propósito, desde o início do programa, a defasagem no valor das bolsas acumula, para as IES, perdas da ordem de 15%. Nesse sentido, e para tentar imprimir maior justiça ao Proies, propomos, por meio desta emenda, a equalização das atualizações, mediante a aplicação do mesmo índice de correção.

Sala da Comissão, em 13 de julho de 2017.

Deputado ALCEU MOREIRA

